

## MEE, um golpe de estado em 17 países

By [Rudo De Ruijter](#)

Global Research, November 01, 2011

1 November 2011

Nota preliminar: Não confundir o MEE com os actuais fundos de socorro europeus, o MESF e o FESF.

Como mencionado no artigo anterior sobre este assunto, [“MEE, o novo ditador europeu”](#), os ministros das Finanças dos 17 países do euro assinaram um tratado para o estabelecimento do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE). O seu objectivo é fazer com que os cidadãos europeus paguem as centenas de milhares de milhões de euros dispendidos com “acções de socorro” para salvar o euro e estrangular qualquer possibilidade de intervenção dos parlamentos.

Bruxelas, aparentemente, não quer que os cidadãos tomem conhecimento do conteúdo deste tratado. Até o dia da redacção deste artigo, não pude encontrar senão uma única [versão em inglês](#) na Internet (mas 96,5% da população da zona euro fala outras línguas!).



Curiosamente, tão pouco a assinatura deste novo tratado europeu foi notada pela imprensa internacional – apesar das dezenas de jornalistas que estiveram presentes na conferência de imprensa que o anunciou (ver foto acima). Talvez porque Juncker o tenha anunciado rapidamente em francês, antes de prosseguir a conferência em inglês (?). Além disso, muitos jornalistas ainda confundem este novo tratado MEE com os seus antecessores (ilegais), o Mecanismo Europeu de Estabilidade Financeira e o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira. Eles são mais conhecidos pelos seus nomes em inglês: European Financial Stabilisation Mechanism (EFSM) e European Financial Stability Facility (EFSF). O EFSM / EFSF têm uma capacidade de empréstimo de €440 mil milhões (1320 euros por euro-cidadão!). O MEE não tem limite.

Alguns parlamentares que ouviram falar do MEE acreditam erradamente que mantêm o poder através do seu ministro das Finanças. Contudo, como este último será promovido a governador do MEE, ele não terá mais contas a prestar ao parlamento nacional (nem a quem quer que seja) quanto às decisões que tomar no quadro do MEE. Se o Parlamento

ratificar o tratado, é este tratado internacional que tornará prioritário em relação às legislações nacionais.

No momento em que escrevo, o tratado ainda deve ser ratificado pelos Parlamentos nacionais em todos os 17 países, a menos que isto já tenha sido feito aqui e ali de modo silencioso.

## MEE, um golpe de estado em 17 países

Se por golpe de estado entendermos a tomada do poder real e a limitação do poder do Parlamento nacional democraticamente eleito, então o tratado do MEE é um golpe de estado nos 17 países simultaneamente.

Isto está inteiramente de acordo com a filosofia da Comissão Europeia. Segundo o seu presidente Barroso, **deve ser o governo económico da União Europeia, que deve definir as acções que os governos nacionais devem executar** . (28/Set/11) [1]

O Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) não é tanto um mecanismo e sim uma nova administração da União Europeia. O objectivo declarado é fornecer empréstimos (sob condições estritas) a países do euro que já não podem cumprir suas obrigações financeiras. Ele retomará as tarefas do EFSF e do EFSM mencionadas acima e será gerido por um Conselho de Governadores. Estes serão os 17 ministros das Finanças dos países do euro situados na União Europeia.

O tratado do MEE diz, no seu artigo 8, que este órgão disporá de um capital social de 700 mil milhões de euros. A seguir, no seu artigo 19, precisa-se que o Conselho dos Governadores pode decidir mudar este montante e, em consequência, adaptar o artigo 8. No artigo 9 é dito que o Conselho dos Governadores pode exigir a qualquer momento a entrega do capital social ainda não pago (e isto em menos de 7 dias). De facto, diz-se que o MEE pode exigir dinheiro dos países membros de modo ilimitado. O tratado não prevê direito de veto para os Parlamentos nacionais.

## Unânime

Segundo o artigo 5.6 o Conselho dos Governadores deve tomar as decisões acima por unanimidade. Todo o Conselho deve portanto votar “a favor”.

A primeira vista é muito estranho que o funcionamento do tratado dependa inteiramente da unanimidade dos 17 ministros das Finanças da zona euro. Quando se vê quantos esforços são precisos neste momento para a conclusão de um acordo sobre a entrega de empréstimos já prometidos à Grécia, não seria de esperar que a União Europeia construísse um tratado que parte exactamente do princípio de que esta unanimidade existe ou pode ser conseguida.

A zona euro consiste num reflexo variegado da diversidade da Europa: os Países Baixos, a Bélgica, o Luxemburgo, a Alemanha e a França e depois a Irlanda, Portugal, Espanha, Itália, Malta, Grécia, Eslováquia, Eslovénia e finalmente a Estónia e a Finlândia. De facto, os 17 ministros formam igualmente uma companhia variegada. Cada um deles representa um país com interesses diferentes. E deles se espera a unanimidade? Como é possível?

Para compreender isso devemos olhar um pouco mais longe. No MEE são realmente os 17 ministros das Finanças que votam todas as decisões importantes, mas ainda há outras

peças que estão presentes em todas as suas reuniões, oficialmente como “observadores”. Por que estes ministros têm necessidade de observadores? Para verificar se fazem bem o que deles se espera?

Os referidos observadores são em número de três:

1. o membro da Comissão Europeia que está encarregado dos assuntos económicos e monetários;
2. o presidente do Grupo Euro (um clube informal destes 17 ministros das Finanças);
3. e o presidente do Banco Central Europeu! **[2]**

Portanto, se podemos esperar uma unanimidade espontânea dos 17 ministros das Finanças, será a influência exercida por estes observadores que os chegará a pô-los de acordo. Para compreender que influência a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu podem exercer sobre os nossos ministros, olhemos as coisas um pouco mais de perto.

### **Quem são os ministros das Finanças?**

Em geral são pessoas que vão e vêm. Mais frequentemente eles são nomeados após eleições parlamentares, que desembocam primeiro sobre negociações para formar uma coligação maioritária a expensas das promessas eleitorais e que são seguidas por pressões para o preenchimento das pastas importantes, como o Ministério do Interior, da Economia e das Finanças.

Trata-se, mais habitualmente, de pessoas que ambicionam uma carreira política e que foram promovidas por partidos políticos. No caso favorável, elas dispõem de capacidades para conduzir um ministério. Uma tal pessoa pode ter a direcção da Defesa e depois, em outra ocasião, ser nomeado ministro da Educação ou dos Assuntos Sociais. O conhecimento do assunto é geralmente considerado menos importante do que as capacidades dirigentes.

### **A economia não são as Finanças**

Assim, temos nos Países Baixos um ministro das Finanças, Jan Kees de Jager, que está coberto de diplomas de economia, mas que, inicialmente, dava pouca impressão de compreender alguma coisa de finanças. Uma das suas primeiras ideias foi propor uma lei que devia proibir estimular as pessoas a retirarem o seu dinheiro do banco. Jan Kees, os bancos não têm dinheiro! Para cada euro que os clientes de um banco como o ING (o maior banco holandês) têm nas suas contas, o banco não tem senão 3 centimos à disposição. Ninguém iria fazer fila por isso, não é? E depois, se o banco central não quer que um banco caia, este pode facilmente resistir a uma “run on the bank” com o dinheiro que lhe é emprestado.

Os ministros das Finanças recém-nomeados geralmente estão loucos de alegria por terem conseguido chegar tão longe nas suas carreiras. Contudo, eles chegam a um mundo de que conhecem pouco ou nada. É o pequeno mundo influente das instituições financeiras internacionais e dos números com zeros infindáveis. Um momento de desatenção basta para que se enganem em dezenas de milhares de milhões de euros (o primeiro-ministro holandês Rutte e Jan Kees de Jager enganaram-se em 50 mil milhões de euros no quadro dos fundos de socorro europeus) **[3]**. Estes ministros novos são presas fáceis para os

conselheiros do BCE e do FMI, que lhe vêm explicar como as coisas funcionam e o que se espera de um bom ministro das Finanças.

Na medida em que estes ministros das Finanças tenham conhecimentos de base em economia, eles poderiam saber que a experiência do euro está votada ao fracasso. Isto já era conhecido em 1970 no arranque do projecto, mas banqueiros e políticos teimosos avançaram com a moeda única apesar de tudo. O problema é que uma moeda única não pode funcionar senão num território económico homogéneo. **[4] [5] [6]** Eis porque:

### **A prisão das taxas de câmbio fixas**

Quando consumidores, nos países com possibilidades de produtividade mais reduzidas, preferem comprar produtos importados menos caros e melhores, a dívida externa aumenta. Ao mesmo tempo, a produtividade no interior do país diminuirá. Se o país dispuser da sua própria moeda, ele pode desvalorizá-la. Isso torna os produtos de importação mais caros para a sua própria população e os produtos de exportação menos caros para os compradores estrangeiros. A dívida diminuirá e a produtividade aumentará. As desvalorizações eram correntes antes do começo do euro. Agora, com o euro, isso funciona como uma taxa de câmbio bloqueada. Os países menos produtivos são capturados como ratos numa ratoeira. Eles jamais poderão sair das dívidas. É por isso que o método de carregar dívidas ainda mais elevadas sobre estes países é estranho e mal intencionado.

### **Viva o mercado único dos capitais**

Não devemos esquecer que estes países não tinham grandes problemas inultrapassáveis no momento em que entraram na zona euro. Do contrário, não teriam sido admitidos. De facto, os problemas começaram com a sua adesão ao euro. É que simultaneamente a livre circulação dos capitais também se tornou um facto. Bancos existentes dos países do euro afluíam maciçamente para fornecer empréstimos baratos aos novos cidadãos do euro. E uma vez que, com um mesmo capital, os bancos são autorizados a fornecer duas vezes mais hipotecas do que empréstimos para outras utilizações, foram sobretudo habitações o que foi financiado. Os banqueiros esqueceram, contudo, que as pessoas não têm necessidade só de um espaço para habitar, mas também de receitas para reembolsarem seus empréstimos. Eles deveriam ter financiado suficientemente também as actividades económicas. Não foi o que aconteceu. Assim, uma primeira vaga de novos cidadãos do euro encontrou-se com dívidas de que nunca mais poderá sair. O mercado imobiliário afunda-se. Os empresários e seus fornecedores abrem falência, deixando atrás de si uma paisagem desoladora de quarteirões de habitação vazios e não acabados.

### **As regras problemáticas do euro**

Além disso, é preciso saber que os “países com problemas” eram assim designados devido ao facto de que não respondiam às exigências apresentadas pela zona euro, ou seja, um défice orçamental máximo de 3% do PIB e uma dívida do Estado máxima de 60% do PIB. **[7]** Normalmente não há qualquer problema para um país quando a dívida é o dobro; quando, por exemplo, elas são contrabalançadas por haveres públicos, como é o caso da Grécia. E um défice orçamental de mais de 3% tão pouco deve ser um problema para um país. De facto, o único problema era que os limites colocados pela zona euro se verificaram irrealistas. Quase nenhum dos países membros podia atendê-los. Poder-se-ia dizer que aqueles que estabeleceram exigências não factíveis eram grandes estúpidos, bem como os

ministros que prometeram respeitá-las. Seja como for, trata-se de um meio simples para provocar uma crise.

## **Ovelha negra**

Porque quase todos os países haviam ultrapassado os limites fixados, era útil desviar as atenções e apontar com o dedo o aluno mais desobediente. Para a Grécia, eles montaram mesmo toda uma campanha de difamação, na qual participaram igualmente políticos mentirosos holandeses. A Grécia teria escondido a sua dívida **[8]**, os gregos era ociosos e partiam cedo para a reforma, etc. **[9]** Rapidamente a Grécia foi atacada de todo lado e teve de pagar juros cada vez mais elevados para os seus empréstimos. Felizmente seus companheiros de classe do euro queriam mesmo ajudar. Jan Kees prometeu mesmo que nós ganharíamos dinheiro com ela.

## **Dinheiro é poder**

Depois de acabar de manobrar a sua vítima e levá-la a perturbações – mais uma vez: a Grécia não tinha um problema inultrapassável quando acedeu à zona euro em 2001 – então pode-se aplicar a política da cenoura e do bastão: nós lhe forneceremos empréstimos, mas na condição de... O FMI tem meio século de experiência com este tipo de abuso de poder. Ele aplicou esta política deliberadamente em muitos países em desenvolvimento. Primeiro o país é sobrecarregado de empréstimos, de modo a que já não possa sequer pagar os juros. Estes empréstimos são concedidos para projectos definidos. Estes geralmente são executados por empresas estrangeiras. São elas que recebem o dinheiro dos empréstimos. O país fica com as dívidas. A seguir vende-se tudo o que o país tem de valor a investidores estrangeiros. E, naturalmente, o governo deve cortar as despesas até o osso e a população deve sangrar, para que se compreenda que o FMI é o mestre.

## **Captura do poder da Comissão Europeia**

Se bem que o artigo 122.2 do Tratado sobre o funcionamento da União Europeia (TFUE) **[10]** permita ao Conselho Europeu fornecer ajuda financeira membros em aflição (sobre proposta da Comissão Europeia), os lobos da Comissão Europeia não podiam resistir à tentação de erigir o seu próprio FMI ou, mais precisamente, um irmão europeu, que colaboraria estreitamente com o FMI.

Eles avançaram rapidamente, em Maio e Junho de 2010, com o EFSM e o EFSF. Eles tinham um carácter provisório e uma base legal frável. Recentemente a capacidade de empréstimo do EFSF foi aumentada até 440 mil milhões de euros (isso representa 1320 euros por cidadão europeu).

O sucessor é o MEE. Assinado em 11 de Julho de 2011, ele aguarda ratificação pelos Parlamentos nacionais entre esta data e 31 de Dezembro de 2011. O MEE terá um carácter permanente e o poder de exigir somas ilimitadas dos cofres de Estado e de os emprestar sob o risco e as despesas dos cidadãos do euro. Eles começam com um capital social de 700 mil milhões (2100 euros por cidadão da eurozona), mas já falam em montantes de 1500 a 2000 mil milhões, de que pensam ter necessidade...

## **A emenda do artigo 136**

O MEE baseia-se numa emenda do artigo 136 do TFUE aprovada em 23 de Março de 2011 **[11]**, que de facto constitui um acréscimo de poder da União Europeia. E porque esta

emenda baseia-se no artigo 48.6 do Tratado da União Europeia (TUE), isso é ilegal. **[12]** Mas em Bruxelas eles marimbam-se e mesmo os Parlamentos nacionais consideram as regras democráticas não suficientemente importantes para recusar esta construção ilegal. Com efeito, a consequência seria que a população deveria primeiro pronunciar-se sobre esta extensão do poder de Bruxelas. E este povo débil certamente votaria contra.

O MEE terá o poder de esvaziar os cofres dos Estados sem que os Parlamentos possam se opor. Além disso, esta emenda – estritamente de acordo com o texto – torna possível toda uma pilha de outras instituições anti-democráticas que, sob o pretexto de combater a instabilidade do euro, poderão limitar os efeitos da legislação nacional e os direitos dos cidadãos.



**Shock and awe**

Criar uma crise e capturar o poder. É no momento em que o país está totalmente desorganizado que se pode ordenar as coisas à vontade. É um cenário violento que os defensores da economia do mercado livre têm aplicado desde há décadas em muitos países, como a Inglaterra, Polónia, China, África do Sul, Rússia e Estados Unidos. Recomendo um dos livros mais esclarecedores da nossa era: [A doutrina do choque](#), de Naomi Klein – uma leitura obrigatória.

Agora é a vez da Grécia. A difamação fez o seu trabalho. Os cidadãos nos outros países euro quase não protestam, e quando o fazem é contra a possível perda do seu dinheiro que os Fundos de Pensão ali investiram. Mas se eles reflectissem um pouco mais compreenderiam que um dia, talvez já amanhã, também eles poderão manobrados dentro de dívidas, pelos fundos de socorro. Isso poderá acontecer de repente, anunciado por um título na imprensa como “Crédit Agricole em risco de falência”.

### **Círculo vicioso**

Entretanto, no pânico criado, os Parlamentos aceitam medidas de urgência que na véspera não haviam sequer imaginado serem propostas. Agora o dinheiro dos fundos de socorro deve igualmente servir para salvar os bancos. Criámos portanto um círculo vicioso: os bancos causam os problemas, eles podem lucrar directa e indirectamente dos empréstimos concedidos através das medidas de urgência e agora podem emprestar ainda mais temerariamente, pois as perdas eventuais serão pagas pelos cidadãos do euro!

### **Abaixo a tomada de decisões por unanimidade**

Retorno ao nosso MEE. Este tratado pode funcionar ou tornar-se caduco conforme os 17 ministros das Finanças sejam unânimes ou não. A Comissão Europeia e o BCE têm confiança na sua influência para por os 17 narizes no mesmo sentido.

Na verdade, não é necessário que sejam todos os 17. Uma decisão é igualmente válida quando os ministros não estão todos presentes. Cada ministro representa um certo número de votos, relacionado com o capital subscrito pelo seu país (ver [tabela abaixo](#) ). Quando 2/3 dos ministros representando 2/3 do número total de votos estiverem presentes, eles podem votar validamente. E não votar não impede uma decisão unânime - desde que ninguém vote contra.

Em teoria, um ministro cabeçudo de um pequeno país poderia estragar a festa. Mas seja dito de passagem que ele terá de dispor de uma grande coragem. Barroso não quer mais disso. Ele quer que todos os tratados europeus sejam modificados e que as decisões não precisem mais de ser tomadas por unanimidade. Para o MEE, por exemplo, isso significaria que se a Alemanha, a França, a Itália e os Países Baixos estiverem de acordo, os outros 13 não têm mais nada a dizer. Viva a ditadura de Bruxelas! Viva a União Europeia!

## **Imunidade**

Já estamos habituados a que administradores e representantes do povo não gostem de responder pelas suas palavras e seus actos. Mas no MEE, eles realmente empurram muito a rolha. As regras foram estabelecidas de tal modo que todos aqueles que fazem parte ou trabalham ali poderão ou não fazer como quiserem sem que tenham de responder perante nenhum Parlamento, nenhuma administração nem nenhum juiz. Em casos extremos, um ministro das Finanças poderá ser substituído por outro, que se beneficiará imediatamente dos mesmos privilégios exorbitantes. Um criminoso não poderia desejar um melhor refúgio.

## **Uma última reflexão**

A União Europeia tem a economia do mercado livre como seu princípio declarado. Quase todo o mundo já compreendeu que a desregulamentação dos bancos, a privatização das infraestruturas e a abolição das tarefas do governo conduzem a uma sociedade dura e fustigada por crises. Estes princípios estão ultrapassados. Seus defensores não poderão impô-los senão pela violência. A Grécia não será a última vítima.

08/Outubro/2011

## **Anexo: Repartição dos votos dos Governadores do MEE, em relação ao capital social subscrito**

### **Membro do MEE**

### **Nº de acções**

### **Subscrição de capital (EUR)**

Kingdom of Belgium

243 397

24 339 700 000

Federal Republic of Germany

1 900 248  
190 024 800 000

Republic of Estonia  
13 020  
1 302 000 000

Ireland  
111 454  
11 145 400 000

Hellenic Republic  
197 169  
19 716 900 000

Kingdom of Spain  
833 259  
83 325 900 000

French Republic  
1 427 013  
142 701 300 000

Italian Republic  
1 253 959  
125 395 900 000

Republic of Cyprus  
13 734  
1 373 400 000

Grand Duchy of Luxembourg  
17 528  
1 752 800 000

Malta  
5 117  
511 700 000

Kingdom of the Netherlands  
400 190  
40 019 000 000

Republic of Austria  
194 838  
19 483 800 000

Portuguese Republic  
175 644  
17 564 400 000

Republic of Slovenia



29 932  
2 993 200 000

Slovak Republic  
57 680  
5 768 000 000

Republic of Finland  
125 818  
12 581 800 000

**Total**  
**7 000 000**  
**700 000 000 000**

### Fontes e referências:

[1] Barroso, 28/Setembro/2011, <http://euobserver.com/19/113760>

[2] Oficialmente o Banco Central Europeu não é um órgão da União Europeia. O BCE é propriedade dos bancos centrais da zona euro. Estes, por sua vez, são **independentes** dos governos nacionais no sentido de que não recebem ordens. Eles são dirigidos por Conselhos de pessoas privadas. O euro portanto não pertence à União Europeia, nem aos governos nacionais, mas a um cartel de banqueiros privados em Frankfurt, a cidade dos Rothschild. A União Europeia não pode dar ordens ao BCE, mas inversamente o BCE tem poder no interior da UE. Ele dirige o Sistema Europeu dos Bancos Centrais, que ele sim é um órgão da UE. O BCE e os bancos centrais da zona euro são os membros deste órgão. Até onde se deve ir na complexidade para dar o poder de um órgão oficial a uma empresa privada?  
[www.europarl.europa.eu/...](http://www.europarl.europa.eu/...)

[3] [Vrijspreker](#) , 22/Julho/2011 \*

Tradução: O governo holandês e a Comissão Europeia contradizem-se sobre o volume do pacote de ajuda para a Grécia. Segundo o Ministério das Finanças trata-se de um montante de 109 mil milhões de euros, dos quais 50 mil milhões vêm dos bancos e de outras instituições financeiras. Segundo a Comissão Europeia os governos pagam 109 mil milhões e a eles acrescentam-se 50 mil milhões das instituições privadas. O Banco Central Holandês (DNB) não sabe. “Também estamos curiosos para saber como é”, disse um porta-voz do DNB. O Banco Central Europeu refere-se à Comissão Europeia.

[4] Em estudos científicos sobre as “optimum currency areas” (regiões ótimas para uma moeda) podemos distinguir os estudos centrados sobre as condições necessárias e aqueles posteriores a 1970 (quando os políticos haviam decidido que queriam uma moeda única) que estão mais centrados sobre os custos e os benefícios.

Roman Horvath e Lubos Komarek em “OPTIMUM CURRENCY AREA THEORY: AN APPROACH FOR THINKING ABOUT MONETARY INTEGRATION” (2002) (ver tradução abaixo):

“It is possible to distinguish two major streams of the optimum currency area literature. The first stream tries to find the crucial economic characteristics to determine where the (illusionary) borders for exchange rates should be drawn (1960s-1970s). The second stream (1970s-till now) assumes that any single country fulfills completely the requirements to make it an optimal member of a monetary union. As a result, the second approach does not

continue in the search for characteristics, identified as important for choosing the participants in an optimum currency area. This literature focuses on studying the costs and the benefits to a country intending to participate in a currency area.”

“É possível distinguir duas correntes principais na literatura sobre as regiões ótimas para uma moeda. A primeira corrente tenta encontrar as características económicas cruciais para determinar onde deveriam ser estabelecidas as fronteiras (imaginárias) para as taxas de câmbio (anos 1960 e 1970). A segunda corrente (da década de 1970 até agora) assume que qualquer país individual preenche completamente as exigências para torná-lo um membro ótimo de uma união monetária. Em consequência, a segunda abordagem não continua a investigação de características, identificadas como importantes para escolher os participantes numa região monetária ótima. Esta literatura centra-se no estudo dos custos e benefícios para um país que pretenda participar numa região de união monetária”.

[http://wrap.warwick.ac.uk/1539/1/WRAP\\_Horvath\\_twerp647.pdf](http://wrap.warwick.ac.uk/1539/1/WRAP_Horvath_twerp647.pdf) , page 7.

Friedman descreve assim as vantagens das taxas de câmbio flexíveis: “Como se constata habitualmente, os preços e os salários num país são relativamente rígidos e estes factores são imóveis entre países. Em consequência, aquando de uma procura negativa ou de um choque na oferta, o único instrumento para evitar uma inflação maior ou o desemprego é uma mudança na taxa de câmbio flexível (o que quer dizer revalorizar ou desvalorizar a moeda). Isto trará outra vez a economia para o equilíbrio interno e externo inicial. (...) Sob o regime de taxas de câmbio fixas, haveria sempre o impacto desagradável do desemprego ou da inflação”.

[http://wrap.warwick.ac.uk/1539/1/WRAP\\_Horvath\\_twerp647.pdf](http://wrap.warwick.ac.uk/1539/1/WRAP_Horvath_twerp647.pdf) , page 8.

[5] Yrd. Doç. Dr. Hüseyin Mualla YÜCEOL, Mersin Üniversitesi İktisadi ve İdari Bilimler Fakültesi, Maliye Bölümü, em “WHY THE EUROPEAN UNION IS NOT AN OPTIMAL CURRENCY AREA: THE LIMITS OF INTEGRATION” (“PORQUE A UNIÃO EUROPEIA NÃO É UMA REGIÃO MONETÁRIA ÓTIMA: OS LIMITES DE UMA INTEGRAÇÃO”)

“A Europa não é uma monetária ótima. Contudo, em 1 de Janeiro de 1999 onze países da UE arrancaram com uma União Monetária Europeia adoptando uma moeda partilhada, o euro, se bem que a UE não responde a todos os critérios para uma região monetária ótima. Além disso, aderir à UE não é a mesma coisa que aderir ao euro, tanto para os antigos como para os novos membros”.

[http://eab.ege.edu.tr/pdf/6\\_2/C6-S2-M6.pdf](http://eab.ege.edu.tr/pdf/6_2/C6-S2-M6.pdf) , page 66

[6] Paul de Grauwe, excertos de um discurso (ver tradução abaixo):

“With up to twenty-seven members instead of the present twelve, the challenge for ensuring a smooth functioning of the enlarged Eurozone will be daunting. The reason is that in such a large group the probability of what economists call ‘asymmetric shocks’ will increase significantly. This means that some countries may experience a boom and inflationary pressures while others experience deflationary forces. If too many asymmetric shocks occur, the ECB will be paralyzed, not knowing whether to increase or to reduce the interest rates. As a result, member countries will often feel frustrated with the ECB policies that do not (and cannot) take into account the different economic conditions of the individual member countries. This leads us to the question whether the enlarged EMU will, in fact, be an optimal currency area.” (...)

“If a country is hit by negative shocks brought about by agglomeration effects, the wage

cuts necessary to deal with these shocks will inevitably be very large. To give an example: If Ford Motor were to close down a plant in Belgium and to invest in Poland instead, the wage cut of Belgian workers that would convince Ford Motor not to make this move would have to be 50% or more given that the wage not feasible, then flexibility dictates that the Belgian workers be willing to move.”

“Com vinte e sete membros ao invés dos doze actuais, o desafio de assegurar o funcionamento suave da eurozona ampliada será terrível. A razão para isso é que num grupo tão grande a probabilidade daquilo que os economistas chamam de “choque assimétrico” aumentará significativamente. Isto significa que alguns países podem experimentar um boom e pressões inflacionárias enquanto outros experimentam forças deflacionárias. Se demasiados choques assimétricos se verificarem, o BCE será paralisado, não sabendo se deverá aumentar ou reduzir as taxas de juro. Em consequência, países membros muitas vezes sentir-se-ão frustrados com as políticas do BCE que não levam em conta (nem podem) as diferentes condições económicas dos países membros individuais. Isto nos conduz à questão de saber se a União Monetária Europeia ampliada será de facto uma região monetária óptima”. (...)

“Se um país é atingido por choques negativos provocados pela aglomeração de efeitos, os cortes salariais para tratar destes choques serão inevitavelmente muito grandes. Um exemplo: Se a Ford Motor fosse encerrar uma fábrica na Bélgica e investir na Polónia, em substituição, o corte salarial de trabalhadores belgas que convenceria a Ford Motor a não se deslocalizar teria de ser 50% ou maior. Uma vez que tal corte não é factível, então a flexibilidade determina que os trabalhadores belgas aceitariam deslocalizar-se”.

[mostlyeconomics.wordpress.com/](http://mostlyeconomics.wordpress.com/)

[7] Estas são as exigências do “Pacto de Estabilidade e de Crescimento”.

[8] Nikolaos Salavrakos, Membro do Parlamento Europeu em “Is there a way out?”

<http://www.efdgroupp.eu/news/99-the-greek-fiscal-crisis-is-there-a-way-out.html>

[9] Estatísticas da OCDE

[http://www.oecd.org/document/47/0,3746,fr\\_2649\\_34747\\_39374006\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/47/0,3746,fr_2649_34747_39374006_1_1_1_1,00.html)

[10] Artigo 122.2 do Tratado sobre o funcionamento da União Europeia:

[eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2010:083:0047:0200:fr:PDF](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2010:083:0047:0200:fr:PDF)

“Quando um Estado membro experimenta dificuldades ou uma ameaça séria de graves dificuldades, devido a catástrofes naturais ou acontecimentos excepcionais que escapam ao seu controle, o Conselho, sob proposta da Comissão, pode conceder, sob certas condições, uma assistência financeira da União ao Estado membro afectado. (...)”

[11] Resolução do Parlamento Europeu de 23 de Março de 2011 sobre o projecto de decisão do Conselho Europeu modificando o artigo 136 do tratado sobre o funcionamento da União Europeia

[www.europarl.europa.eu/...](http://www.europarl.europa.eu/...)

[12] art 48.6 Treaty of the European Union

[eur-lex.europa.eu](http://eur-lex.europa.eu)

Tratado que estabelece o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE):  
<http://consilium.europa.eu/media/1216793/esm%20treaty%20en.pdf>

**Ver também:**

4. [Do “golpe de Estado da Eurozona” ao isolamento trágico do Reino Unido](#) , GEAB, 15/Maio/2010
5. [EFSF Newsletter](#) , nº 2, Julho/2011
6. [Governo português aprova resolução para criar mecanismo permanente que substituirá o actual fundo de resgate](#) , 13/Outubro/2011

[\*] Investigador independente, [courtfool@orange.nl](mailto:courtfool@orange.nl)

O original encontra-se em :

[http://www.courtfool.info/fr\\_MES\\_un\\_coup\\_d\\_etat\\_dans\\_17\\_pays.htm](http://www.courtfool.info/fr_MES_un_coup_d_etat_dans_17_pays.htm)

**Em francês :**

[MES, un coup d'état dans 17 pays](#) - par Rudo de Ruijter - 2011-10-14

e ver também : [MES, le nouveau dictateur européen](#)

ijter - 2011-10-14

Este artigo encontra-se em <http://resistir.info/>

The original source of this article is Global Research  
Copyright © [Rudo De Ruijter](#), Global Research, 2011

---

**[Comment on Global Research Articles on our Facebook page](#)**

**[Become a Member of Global Research](#)**

Articles by: [Rudo De Ruijter](#)

**Disclaimer:** The contents of this article are of sole responsibility of the author(s). The Centre for Research on Globalization will not be responsible for any inaccurate or incorrect statement in this article. The Centre of Research on Globalization grants permission to cross-post Global Research articles on community internet sites as long the source and copyright are acknowledged together with a hyperlink to the original Global Research article. For publication of Global Research articles in print or other forms including commercial internet sites, contact: [publications@globalresearch.ca](mailto:publications@globalresearch.ca)

[www.globalresearch.ca](http://www.globalresearch.ca) contains copyrighted material the use of which has not always been specifically authorized by the copyright owner. We are making such material available to our readers under the provisions of "fair use" in an effort to advance a better understanding of political, economic and social issues. The material on this site is distributed without profit to those who have expressed a prior interest in receiving it for research and educational purposes. If you wish to use copyrighted material for purposes other than "fair use" you must request permission from the copyright owner.

For media inquiries: [publications@globalresearch.ca](mailto:publications@globalresearch.ca)

